Administração Municipal recebe representantes da Defensoria Pública Estadual

Date : 01-10-2015

A 2ª Defensoria Pública Regional Vitória da Conquista desenvolveu o projeto “Mãos que Reciclam” para simplificar, humanizar e tornar eficiente o processo de reciclagem para as famílias que trabalham com essa demanda. Na manhã desta quinta-feira, 1° de outubro, representantes da instituição visitaram a Prefeitura Municipal e apresentaram a iniciativa ao prefeito Guilherme Menezes. O encontro* aconteceu no Gabinete Civil.

De acordo com o subcoordenador da 2ª Defensoria, Lúdio Bonfim, o objetivo da reunião foi unir ambas as instituições para melhor execução do projeto. “Sabemos que trabalhar em rede é a solução para o êxito, especialmente quando essa colaboração acontece entre os entes públicos. Dessa maneira, o trabalho poderá avançar, contribuindo também para o avanço da cidade. Já estamos realizando a assistência jurídica interdisciplinar e psicossocial para as famílias selecionadas pelo projeto, e, com o suporte da Prefeitura, poderemos aumentar nosso alcance, de maneira mais sólida”.

A iniciativa abrange o trabalho de conscientização e mobilização das famílias conquistenses, sobretudo no que se refere ao manejo adequado dos resíduos sólidos. Para o prefeito Guilherme Menezes, não há dúvidas de que se trata de um projeto essencial. “Sabemos que mudar hábitos não é algo fácil, mas com a participação de todos é possível. Uma das cenas que fizemos questão de mudar quando assumimos em 1997 foi a das crianças disputando por lixo no antigo ‘Lixão’. Criamos, então, o Programa Conquista Criança com o objetivo de mudar essa realidade”, afirmou o gestor municipal.

‘Aterro Sanitário’ – Vitória da Conquista foi um dos municípios pioneiros no cumprimento da Polícia Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Desde 2009, a Prefeitura solucionou o problema da destinação final do lixo, com a construção de um dos maiores e mais modernos aterros sanitários do país. O investimento aplicado foi de R$ 1,4 milhão.

A partir da construção desse importante equipamento público, solicitado pela população nas plenárias do Orçamento Participativo (OP), o município se adequou, antecipadamente, ao que prevê a política. A norma proíbe a formação de lixões a céu aberto e determina que as prefeituras construam aterros sanitários.

**Também participaram da reunião, o secretário municipal de Serviços Públicos, Gildásio Silveira, e a procuradora geral do Município, Luana Caetano.*